

Senado aprova projeto que obriga agressor de mulher a ressarcir o SUS

Texto segue, agora, para a análise da Câmara dos Deputados.

[\(O Globo, 19/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Senado aprovou, nesta terça-feira, projeto que obriga agressores de mulheres a ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS) pelo tratamento prestado às vítimas. O texto segue, agora, para a análise da Câmara dos Deputados.

O projeto diz que “o condenado por qualquer forma de violência doméstica ou familiar contra a mulher, deverá ressarcir os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o tratamento da ofendida, se o tratamento ocorrer no Sistema Único de Saúde (SUS)”.

Segundo a proposta, o valor será calculado “de acordo com a tabela própria (do SUS), revertendo-se o produto da indenização ao ente público à qual pertence a unidade de saúde que prestar o serviço”.

O projeto é dos deputados Rafael Motta (PSB-RN) e Mariana Carvalho (PSDB-RO). Na justificativa, eles alegam que “a obrigação de reparar todos os danos, ao ser expressa de modo indubitável na lei, pode servir como mais um fator de desestímulo à prática de violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar”.

“Além das sanções na esfera penal, os agressores saberão que os danos causados e que sejam economicamente apuráveis poderão ser cobrados diretamente deles”, registram.

A alteração é feita na Lei Maria da Penha. Já aprovado pela Câmara, o projeto volta à Casa porque o Senado fez alterações redacionais.

A proposta ressalta que “os ressarcimentos deverão ocorrer às expensas do

patrimônio individual do condenado, sem qualquer ônus para o patrimônio da mulher ou dos seus dependentes, e não configuram atenuante nem ensejam possibilidade de substituição da pena aplicada”.

Amanda Almeida e Marco Grillo

Senado aprova multa para empregador que pagar salário diferente para homem e mulher

Proposta pretende assegurar igualdade de remuneração entre gêneros. Antes de virar lei, texto ainda terá que ser votado pela Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente.

[\(G1, 13/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Senado aprovou nesta quarta-feira (13) uma proposta que prevê multa para o empregador que não pagar o mesmo salário para homens e mulheres que exercem a mesma função.

A proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), segue agora para a análise da Câmara. Se for aprovado pelos deputados, o texto também terá que ser sancionado pelo presidente da República para virar lei.

Pela proposta, a empresa que descumprir a regra será multada em valor correspondente ao dobro da diferença salarial verificada, calculada sobre cada mês em que ocorreu o pagamento desigual. O valor da multa, segundo o projeto, será repassado à vítima da discriminação.

A igualdade salarial entre homens e mulheres é prevista na CLT, que diz que “a todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo”. No entanto, defensores da proposta afirmam que a regra nem sempre

é seguida.

“A diferença salarial entre homem e mulher fere o princípio da isonomia consagrado em nossa Constituição e legislação vigente. Contudo, e apesar das inúmeras políticas de igualdade de gênero promovidas pelas mais diversas organizações, sejam públicas ou privadas, ainda se registram casos de discriminação contra a mulher no que se refere a remuneração”, escreveu o autor do projeto, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), na justificativa da proposta.

O texto também prevê multa para o empregador que, além do sexo, considerar a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional.

Gustavo Garcia

Senado aprova regra que pune a constrangimento a amamentação em público

Os senadores começaram a votar os projetos da pauta feminina. Na sessão de hoje (12), o Senado aprovou o projeto de lei que veda o constrangimento a mães que amamentem em público. A proposta segue para apreciação na Câmara dos Deputados.

[\(Agência Brasil, 12/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O projeto foi apresentado pela ex-senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e assegura o direito das mulheres de amamentarem seus filhos em locais públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo. Algumas cidades

como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e alguns estados como Santa Catarina e Mato Grosso já aprovaram regras nesse sentido.

Pelo texto, atitudes voltadas a segregar, discriminar, reprimir ou constranger mãe e filho no ato da amamentação serão consideradas como ilícito civil. O projeto estabelece que mesmo havendo espaço reservado para amamentação nos estabelecimentos, cabe somente às mães decidir se querem ou não utilizar o local.

A pena para quem proibir a amamentação é de multa com valor não inferior a dois salários mínimos.

Violência doméstica

O Senado aprovou também o projeto de lei que obriga os condenados por violência doméstica e familiar contra a mulher a ressarcirem os cofres da Previdência Social por benefícios pagos em decorrência desse crime. Segundo a proposta, o ressarcimento aos cofres públicos não exclui a responsabilização civil de quem praticou violência doméstica e familiar contra a mulher.

“O agressor terá que ressarcir a Previdência pelos danos causados à mulher e pelo custo que a Previdência teve”, disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS). O texto segue para a Câmara.

** Com informações da Agência Senado*

Senado desengaveta projeto que proíbe aborto em qualquer

situação

Atualmente a prática é permitida em casos de violência sexual, risco de vida à mãe e quando o bebê não tem cérebro

(Exame, 12/02/2019 - acesse no site de origem)

O Plenário do Senado Federal aprovou, por maioria de votos, desengavetar, nesta terça-feira, 12, um projeto que proíbe o aborto em qualquer situação, o que torna mais rígida a legislação brasileira atual. Agora a matéria, que havia sido arquivada, volta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e deve ser discutida pelo colegiado nas próximas semanas.

O texto desarquivado é uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do ex-senador Magno Malta (PR-ES), que foi apresentado em 2015 e garante “a inviolabilidade da vida desde a concepção”. Por conta disso, senadores do PT tentaram barrar seu desarquivamento e chegaram a propor que a matéria fosse retirada de pauta, mas acabaram vencidos.

Atualmente, a interrupção da gravidez só pode ser feita pelo Sistema Único de Saúde, nas 12 primeiras semanas de gravidez, quando a mulher é vítima de violência sexual, se há risco de vida da mãe ou o se bebê não tem cérebro.

Responsável pela coleta das assinaturas para desengavetar a proposta, o senador Eduardo Girão (Pode-CE) negou que seu objetivo seja dificultar ainda mais a possibilidade de mulheres realizarem abortos. Ele e outros senadores que apoiaram a medida justificaram que a ideia é que o Senado defina os termos da lei, sem a “interferência” do Supremo Tribunal Federal.

Isso porque, em 2012, Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que grávidas de fetos sem cérebro poderiam optar por interromper a gestação com assistência médica. Na época, por 8 votos a 2, os ministros definiram que o aborto em caso de anencefalia não é crime.

Bancada feminina precisa ocupar espaço no Congresso, dizem senadoras

A bancada feminina no Senado terá 12 senadoras nesta Legislatura. Isso corresponde a 14,8% do total de 81 cadeiras, percentual bem abaixo da proporção de mulheres na população brasileira, em que elas são mais da metade. A *Agência Senado* conversou com algumas senadoras para saber quais são as prioridades da pauta feminina e como é possível garantir a participação, mesmo com número reduzido. O caminho, de acordo com algumas parlamentares, é a ocupação de lugares de destaque e a atuação em temas muitas vezes atribuídos somente aos homens.

[\(Senado Notícias, 08/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Para Eliziane Gama (PPS-MA), é preciso lembrar que na Câmara dos Deputados o percentual de mulheres foi ampliado de 9% para 15%, um sinal de que é possível caminhar para uma maior participação feminina na política. A senadora disse que, mesmo com número menor, é preciso buscar uma participação mais efetiva em postos importantes da Casa.

— É importante agora esse sentimento de ampliação, de fazer funcionar as estruturas que nós temos de participação das mulheres, por exemplo, em lideranças, em comissões especiais, em comissões ordinárias, em comissões permanentes. Isso é fundamental para que a gente possa imprimir a marca da mulher — afirmou a senadora.

Para ela, é preciso avançar em pautas como a criação de cotas nas candidaturas ao Senado, tema de projeto apresentado por ela quando era deputada federal. Outros temas que a senadora destacou como prioritários foram o combate à violência contra a mulher e a igualdade no mercado de trabalho.

Persistência

Zenaide Maia (Pros-RN) disse que as 12 senadoras em exercício não podem se omitir na defesa da mulher. Além das pautas tradicionalmente ligadas aos direitos femininos, a senadora concorda que é preciso ampliar a participação feminina em comissões e em discussões sobre economia, tributação e reformas como a da Previdência.

— Mulher é para saber disso tudo. Quando eu digo que gente precisa se empoderar, não é só o empoderamento econômico que é importantíssimo, mas também o conhecimento, a participação em temas que insistem em deixar como se fossem só dos homens — argumentou.

Para Daniella Ribeiro (PP-PB), primeira senadora eleita pela Paraíba, as mulheres já exercem a política em várias instâncias, só precisam se conscientizar dessa capacidade de atuar na vida pública.

— Que as mulheres possam despertar para importância primeira desse incentivo. Elas já são essencialmente políticas dentro de casa, elas já fazem a política de decisão nas comunidades, nos seus bairros, nas suas cidades. A mulher interfere e faz essa política. Então eu acredito muito na discussão das próprias mulheres, de explicar por que há essa dificuldade — explicou a senadora.

União

Para Leila Barros (PSB-DF), primeira mulher eleita senadora pelo Distrito Federal, as bancadas femininas no Senado e na Câmara precisam se unir para garantir uma maior representação das mulheres na política e para garantir avanços em outras áreas, como o combate à violência.

— Vou trabalhar para que a bancada feminina do Senado atue em conjunto com a da Câmara dos Deputados para que possamos aprovar pautas e desenvolver ações que resultem em políticas públicas fortalecedoras da emancipação da mulher e do seu empoderamento — garantiu.

A senadora informou ter apresentado projeto para ampliar a proteção às mulheres torcedoras e profissionais do esporte contra atos de violência em

estádios, ginásios e outros equipamentos destinados à prática esportiva. Ela também pretende propor alterações na Lei Maria da Penha ([Lei 11.340, de 2006](#)) para garantir medidas mais rígidas e de proteção às mulheres que sofrem violência doméstica.

Advogada na área de direito de família, a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) disse conhecer de perto a realidade de mulheres que sofrem violência doméstica. Para ela, as leis brasileiras garantem a proteção, mas muitas vezes não há efetividade na aplicação, especialmente das medidas protetivas.

Além das senadoras já citadas, todas no início dos mandatos, tomaram posse em 2019 no Senado Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Selma Arruda (PSL-MT). Continuam nos mandatos iniciados em 2015 Simone Tebet (MDB-MS), Kátia Abreu (PDT-TO), Rose de Freitas (Pode-ES) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Já a senadora Mailza Gomes (PT-AC) assumiu a vaga deixada por Gladson Cameli, eleito governador do Acre em 2018.

Número de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias

Sete mulheres foram eleitas para o Senado neste ano. Já na Câmara, foram 77 deputadas, um aumento de 51% em relação a 2014. O número de deputadas estaduais também cresceu 35%.

[\(G1, 08/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O número de mulheres eleitas para o Senado se manteve nas eleições deste ano sem alteração, mas a presença feminina aumentou na Câmara e nas

Assembleias de forma geral, apontam dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 2010, última eleição na qual 2/3 do Senado foram renovados, sete mulheres foram eleitas senadoras. Neste ano, o número se repetiu. As sete senadoras representam 13% dos eleitos neste ano. Apesar disso, nenhuma mulher foi eleita para o Senado em 20 estados - em três deles, Acre Bahia e Tocantins, não houve candidatas.

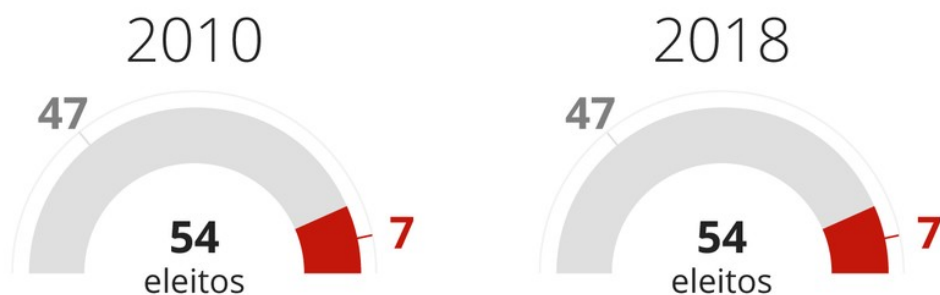
Leia mais: [*Bancada feminina cresce de 51 para 74 na Câmara dos Deputados \(HuffPost Brasil, 08/10/2018\)*](#)

Mulheres no legislativo

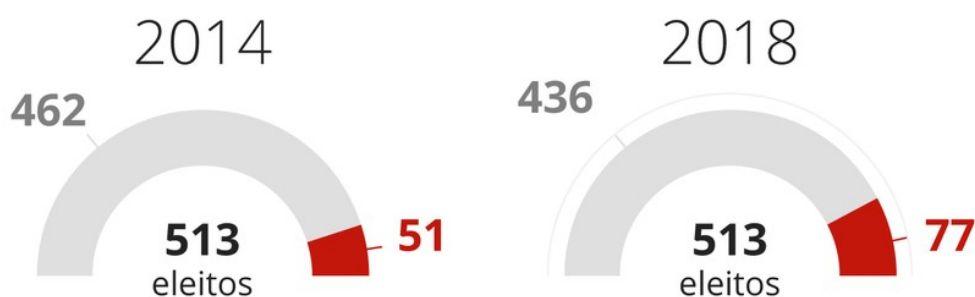
Número de mulheres eleitas se manteve no Senado, mas aumentou na Câmara e nas Assembleias

● homens ● mulheres

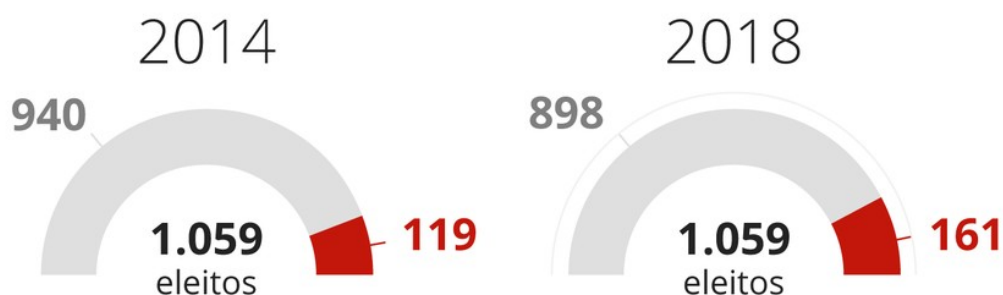
Senado



Câmara



Assembleias



*A comparação é feita com 2010 porque, neste ano, também foram eleitos 54 senadores, e não 27, como em 2014

Fonte: TSE

Mulheres no legislativo: número de mulheres eleitas se manteve no Senado, mas aumentou na Câmara e nas Assembleias (Foto: Juliane Souza / G1)

Já na Câmara, houve um aumento de 51% no número de mulheres eleitas em relação a 2014. O número passou de 51 para 77 deputadas neste ano. Isso quer dizer que a nova Câmara vai ter 15% de mulheres na sua composição.

Apesar do aumento no número de deputadas federais, três estados não elegeram nenhuma mulher para o cargo: Amazonas, Maranhão e Sergipe.

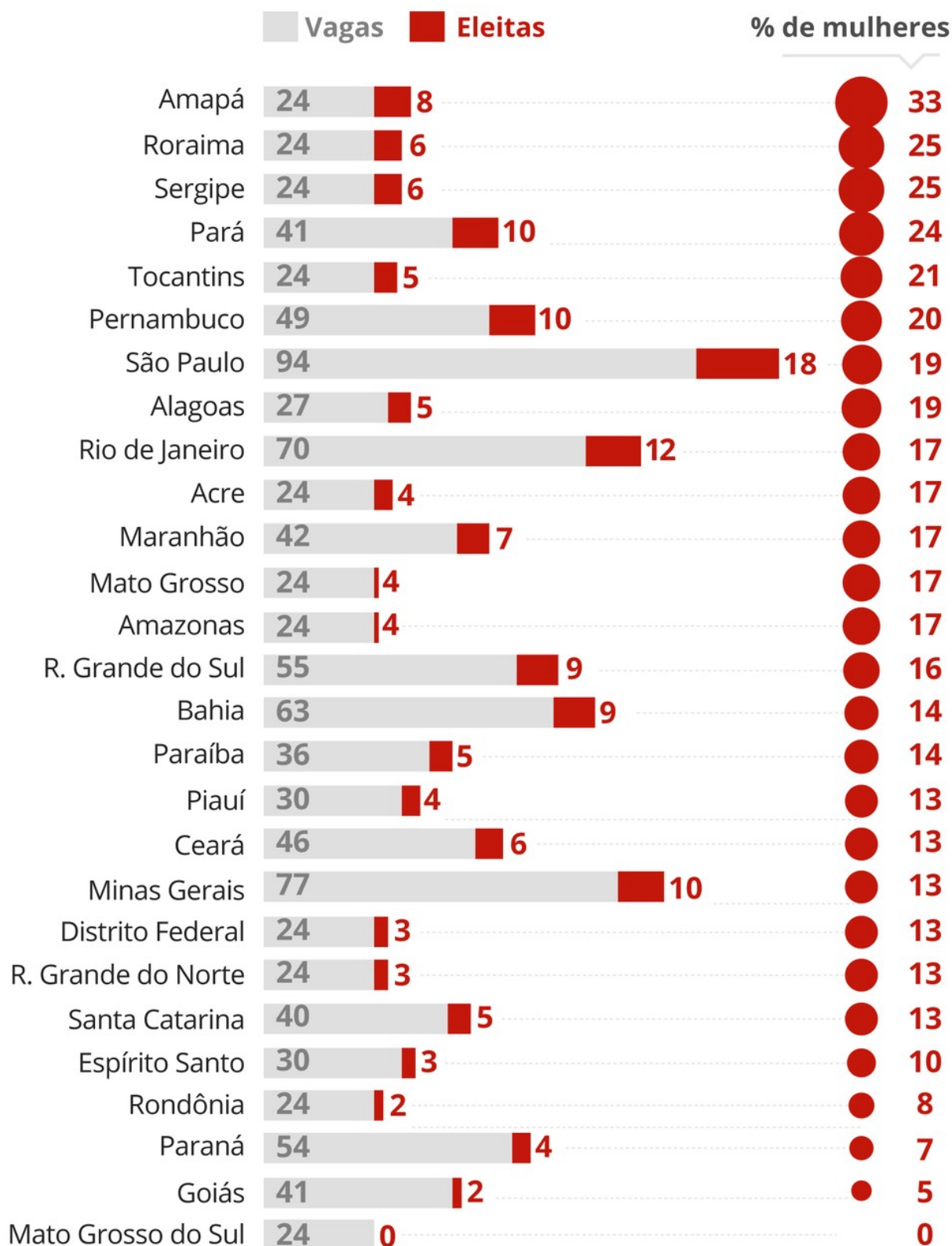
Considerando os deputados estaduais, as mulheres são 15% dos eleitos. Foram 161 deputadas, um aumento de 35% em relação a 2014.

Alguns casos chamam atenção, como o do Mato Grosso do Sul. Dos 24 deputados estaduais eleitos, nenhum é mulher.

Veja abaixo como ficou cada Assembleia:

Mulheres nas assembleias

Veja como vai ficar cada assembleia em relação ao gênero dos deputados



Fonte: TSE

Mulheres nas assembleias: veja como vai ficar cada assembleia em relação ao gênero dos deputados (Foto: Rodrigo Cunha / G1)

Desproporção

Mesmo com a melhoria na representatividade feminina de forma geral no legislativo, a proporção de mulheres segue abaixo do encontrado na população brasileira. No país, a cada 10 pessoas, 5 são do sexo feminino.

Desde 1997, a lei eleitoral brasileira exige que os partidos e as coligações respeitem a cota mínima de 30% de mulheres na lista de candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras municipais. Mesmo assim, [um levantamento do G1](#) apontou que diversos partidos e coligações precisaram ser notificados para cumprir a cota.

Além da cota de números de candidatos, nas eleições de 2018 as mulheres também tiveram uma cota financeira. Em maio deste ano, o TSE decidiu que os partidos devem repassar 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) [para as candidaturas femininas](#).

Com sete senadoras eleitas, bancada feminina no Senado não cresce

A bancada de mulheres no Senado para os próximos quatro anos pode ser menor do que a atual. Com sete senadoras eleitas e uma vaga de suplente assumida, a Casa terá doze senadoras, uma a menos do que o grupo atual. O número pode aumentar e se igualar ao atual, caso a senadora Fátima Bezerra

(PT), que disputa o segundo turno para o governo do Rio Grande do Norte, não seja eleita e retorne à Casa para o restante do seu mandato.

[\(Senado Notícias, 08/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

As candidaturas femininas foram 62 das 353 totais em disputa para o Senado. O número de mulheres que concorreram por uma vaga em 2018 foi maior do que nas duas últimas eleições. Ainda assim, nenhuma mulher foi eleita para a Casa em 20 estados - em três deles, Acre, Bahia e Tocantins, não houve sequer candidatas. As sete senadoras eleitas representam apenas 13% dos eleitos para o cargo. O número de eleitas é igual ao das eleições de 2010, a última em que dois terços do Senado foram renovados.

Já na Câmara dos Deputados, a bancada aumentou, passando de 51 para 77 deputadas. Elas somam agora 15% naquela Casa. A porcentagem é semelhante a atual no Senado, em que as mulheres representam apenas 16% das vagas ocupadas. A presença feminina também é menor nas indicações de suplência. Dos 54 senadores eleitos e dentre seus 108 suplentes escolhidos, as mulheres são cerca de 30% dos nomes listados para os cargos de primeiros e segundo suplentes.

Representantes

Entre as sete eleitas, duas ficaram em primeiro lugar na disputa eleitoral do estado ou distrito: a novata na política Juíza Selma Arruda (PSL), no Mato Grosso, e a ex-jogadora Leila do Vôlei (PSB), pelo Distrito Federal. Leila será a primeira senadora eleita no DF e se destaca por ter escolhido apenas mulheres para os cargos de suplentes. Chegam à Casa também as deputadas federais Mara Gabrilli (PSDB-SP), Daniella Ribeiro (PP-PB), Zenaide Maia (PHS-RN) e Eliziane Gama (PPS-MA).

A bancada também será composta pela estreante na política Soraya Thronicke (PSL-MS), eleita com 373.712 no Mato Grosso do Sul, e por Mailza Gomes (PSDB-AC), que assumirá como suplente a vaga de Gladson Cameli (PP), eleito para o cargo de governador do Acre. Todas as senadoras eleitas possuem nível superior e apenas duas nunca atuaram em cargos políticos.

Continuam na bancada as senadoras eleitas em 2014 Simone Tebet (MDB-

MS), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Rose Freitas (Pode-ES) e Kátia Abreu (MDB-GO). Rose disputou o governo do seu estado, mas não foi eleita e ainda tem mais quatro anos de mandato — o mesmo ocorre com Kátia Abreu que perdeu a disputa para vice-presidência da República.

De saída

A procuradora especial da Mulher do Senado, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), não conquistou a reeleição na Casa. O mesmo ocorreu com as senadoras Ângela Portela (PDT-RR) e Lúcia Vânia (PSB-GO). Também saem do Senado para assumir vaga na Câmara dos Deputados as senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Se despede ainda a senadora não eleita Ana Amélia (PP-RS), que se candidatou a vice-presidência da República. Além disso, também não retornarão em 2019 as senadoras Regina Souza (PT), eleita vice-governadora do Piauí, e a paulista Marta Suplicy, que se desfilou do MDB e se aposentou da carreira pública.

As saídas e renovações impactam, por exemplo, na composição da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que perderá quatro das cinco senadoras titulares.

Senado aprova projeto que aumenta pena para estupro coletivo

Texto também tipifica importunação sexual e vingança pornográfica

[\(O Globo, 07/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O Senado aprovou nesta terça-feira projeto que aumenta a pena para

o estupro coletivo e torna crime a importunação sexual, a chamada vingança pornográfica e a divulgação de cenas de estupro. Como já passou pela Câmara dos Deputados, a proposta segue para a sanção presidencial.

No caso do estupro coletivo, cometido por vários criminosos, o texto altera o aumento de pena previsto em lei, que atualmente é de um quarto, para até dois terços da pena. A pena será aumentada em um terço se o crime for cometido em local público, aberto ao público ou com grande aglomeração de pessoas ou em meio de transporte público, durante a noite em lugar ermo, com o emprego de arma, ou por qualquer meio que dificulte a possibilidade de defesa da vítima.

Já para a importunação sexual, a proposta prevê um tipo penal de gravidade média, para os casos em que o agressor não comete tecnicamente um crime de estupro, mas não deve ser enquadrado em uma mera contravenção. Esse crime é caracterizado como a prática, na presença de alguém e sem sua anuência, de ato libidinoso com o objetivo de satisfazer lascívia própria ou de outro. A pena é de reclusão de 1 a 5 anos se o ato não constitui crime mais grave.

De acordo com o texto, poderá ser punido com reclusão de 1 a 5 anos quem oferecer, vender ou divulgar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outro tipo de registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável. Incorre no mesmo crime quem, sem consentimento, divulgar vídeo com cena de sexo, nudez ou pornografia ou ainda com apologia à prática de estupro. Se o crime for praticado por alguém que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou tiver como finalidade a vingança ou humilhação, o aumento será de um terço a dois terços da pena.

No caso do estupro de vulnerável (menores de 14 anos ou pessoas sem discernimento por enfermidade ou deficiência mental), o projeto determina a aplicação da pena de reclusão de 8 a 15 anos mesmo que a vítima dê consentimento ou tenha mantido relações sexuais anteriormente ao crime.

O projeto é de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e incorporou proposta de outros parlamentares.

Pauta Feminina: “Independência econômica: superar obstáculos para prevenir violências e promover autonomia” - Brasília/DF - 26/07/2018

A Procuradora da Mulher do Senado Federal, Vanessa Grazziotin, a Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, Soraya Santos e a Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, Gorete Pereira, têm a honra de convidar para para o encontro Pauta Feminina, edição de julho de 2018.

“Independência econômica: superar obstáculos para prevenir violências e promover autonomia”



Mulheres no Senado enfrentam dificuldade para disputar reeleição

Senadoras reclamam de estarem sendo trocadas por homens em composições partidárias

(Folha de S.Paulo, 16/07/2018 - acesse no site de origem)

Primeira senadora da história da Bahia, Lídice da Mata (PSB) vai se despedir do Senado em fevereiro de 2019 após um único mandato sem ao menos tentar a sorte nas urnas.

Assim como ela, outras quatro senadoras em fim de mandato podem ficar de fora da disputa pelo Senado nas eleições deste ano. Os motivos variam da pouca viabilidade eleitoral à falta de espaço na chapa majoritária dos grupos políticos que a elegeram.

Ao todo, 13 dos 81 senadores da atual legislatura são mulheres, sendo que 8 encerrarão o mandato no início do próximo ano. Destas, só três têm palanque garantido para reeleição: Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PDT-RR) e Marta Suplicy (MDB-SP).

Duas senadoras já desistiram da reeleição e outras três ainda brigam por espaço para entrar na disputa. Entre as desistências confirmadas estão as de Lídice e Gleisi Hoffmann (PT), do Paraná.

Lídice não disputará a reeleição após ter sido preterida pelo governador Rui Costa (PT), que atuou de forma mais pragmática na escolha dos companheiros de chapa, prestigiando partidos com maior número de prefeitos e peso político na Bahia.

“É lamentável que nem mesmo os segmentos progressistas tenham entendido o valor que é a presença das mulheres no Parlamento. Pessoalmente, acho que a minha retirada da chapa é injustificável”, diz a senadora.

Rui Costa vai para a reeleição tendo o ex-governador Jaques Wagner (PT) e o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Angelo Coronel (PSD), como candidatos ao Senado. Já Lídice será candidata a deputada federal.

Gleisi também deixará o Senado para ser candidata a deputada federal. Neste caso, pesaram a avaliação de que haveria dificuldades para a reeleição e a estratégia do partido de eleger deputados para manter o tamanho da bancada a partir de 2019.

Já Lúcia Vânia (PSB-GO), Regina Souza (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) ainda brigam por espaço em chapas majoritárias.

Senadora pelo Piauí, Regina Souza (PT) é outra que ainda não tem lugar garantido. Ela era suplente e assumiu em 2015, quando o titular do mandato, Wellington Dias (PT), tomou posse como governador do estado.

“Essa história de chapa só com homens ficou no passado e a população está atenta a isso. Já temos uma bancada feminina pequena no Senado, seria muito ruim se ela ficasse ainda menor”, afirma Souza.

A reeleição dela, contudo, esbarra em um acordo firmado pelo governador com aliados no qual cada partido da base só teria um candidato na chapa majoritária. E o nome do PT seria o do governador, candidato à reeleição.

O senador Ciro Nogueira (PP) já foi confirmado em uma das vagas da chapa. A outra é disputada por ela, pelo deputado Júlio César (PSD) e pelo cantor de forró e ex-deputado Frank Aguiar (PRB).

Outra senadora que ainda negocia alianças é Grazziotin, eleita em 2010 com o apoio do PT e do MDB do senador Eduardo Braga.

Este ano, ela ensaia uma parceria com candidato a governador David Almeida (PSB). Mas ainda não há consenso sobre a participação da senadora na chapa.

“Estamos conversando sobre a chapa e fazendo os cálculos para definir se vamos ter só um ou dois candidatos ao Senado”, diz Grazziotin, afirmando que sua reeleição é uma das prioridades do PC do B no pleito deste ano.

Lúcia Vânia também não tem lugar garantido e cogita ficar fora do pleito deste ano caso não tenha lugar para disputar a reeleição.

Ela faz parte do grupo político que apoia a reeleição do governador José Eliton (PSDB), que assumiu o cargo em abril com a renúncia de Marconi Perillo (PSDB). Uma das vagas para o Senado foi destinada ao próprio Perillo. A outra está sendo disputada por Lúcia Vânia e pelo ex-senador Demóstenes Torres (PTB).

Torres teve o mandato cassado em 2012 por quebra de decoro parlamentar e estava inelegível. Contudo, foi autorizado pelo STF a disputar as eleições deste ano.

Enquanto parte das atuais senadoras ficará de fora da disputa, são poucas mulheres entre as pré-candidatas ao Senado que tentarão chegar ao cargo pela primeira vez e iniciam a campanha em condição de competitividade.

Uma delas é a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que mudou o domicílio eleitoral e será candidata ao Senado por Minas Gerais. Em São Paulo, a novidade é a deputada Mara Gabrilli (PSDB).

No Nordeste, as deputadas Eliziane Gama (PPS-MA) e Zenaide Maia (PHS-RN) são tidos como nomes fortes para chegar ao Senado.

Além disso, dois nomes de partidos pequenos podem surpreender: a jornalista Ursula Vidal (PSOL) no Pará e a ex-juíza Selma Arruda (PSL), que será candidata em Mato Grosso.

SENADORAS PERDEM ESPAÇO NO CENÁRIO ELEITORAL

LÍDICE DA MATA (PSB-BA)

Foi a primeira senadora da história da Bahia, eleita em 2011. Já foi deputada federal e estadual, em dois mandatos cada, e prefeita de Salvador. Integrou a CPMI de combate à violência contra a mulher

GLEISI HOFFMANN (PT-PR)

A senadora está há um ano no comando do PT, na fase mais difícil da sigla. Em junho, foi absolvida pelo STF em processo na Lava Jato, mas ainda é alvo de outros três no Supremo

VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM)

É líder do partido. Foi vereadora de Manaus e deputada federal pelo Amazonas. Citada na lista de Fachin, disse que todas as doações foram aprovadas

LÚCIA VÂNIA (PSB-GO)

É senadora reeleita. Foi autora de projeto questionado que altera a Lei de Responsabilidade de Fiscal. Deixou o PSDB em 2015, com críticas veladas ao então presidente da sigla, Aécio Neves

João Pedro Pitombo